

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Semana decisiva para a relação de Lula com Alcolumbre

Já há no governo quem diga que não há mais chances de uma reaproximação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o mandatário do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Mas essa não é uma visão absolutamente correta.

Lula já se distanciou, trocou desaforos e se reaproximou de figuras com quem se antagonizava muito mais do que com Alcolumbre. Só para citar dois de seus adversários históricos a quem fez oposição radical e depois fez manifestações públicas de apreço, vale lembrar do ex-presidente José Sarney (MDB) e do ex-governador Paulo Maluf, de São Paulo.

Com Lula não dá para dizer que algo é definitivo. Mas o que ele tem dito a seus interlocutores mais próximos sobre Alcolumbre é praticamente impubescível. A parte publicável é que ele perdeu totalmente a confiança no presidente do Senado, que não acredita na reaproximação e, se vencer as eleições, Alcolumbre que não conte com ele.

Lula odeia se sentir esnobado. E a forma como Alcolumbre tenta arrancar benesses do governo vem junto com um tratamento desrespeitoso, esnobe, que Lula não engole.

Mas a turma do “deixa disso” do Palácio,

liderada pelo ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, tem argumentado que o governo ainda precisa muito de Alcolumbre para a aprovação de projetos no Congresso e não pode maltratá-lo.

De fato, precisa. O principal deles é a derubada da escala de trabalho de seis dias por semana e um de folga, a chamada jornada 6x1. A Câmara já votou a derrubada, com a aprovação da jornada 5x2 enviada para o Senado. Para Lula, essa Proposta de Emenda Constitucional (PEC) é decisiva. Se Alcolumbre retardá-la, a ordem no governo é tratá-lo como um “inimigo do povo”.

Esta semana é decisiva porque o presidente do Senado definirá o ritmo de tramitação, por quantas comissões a PEC passará.

Lula também considera importante que o Senado avance, antes das eleições, na tramitação da PEC da Segurança Pública, do marco legal das terras raras e do projeto que permite ao governo utilizar o aumento das receitas ordinárias do petróleo para diminuir as alíquotas de impostos sobre combustíveis.

O presidente da República já não acredita que Alcolumbre trabalhará junto com o governo nessas propostas. Mas resolveu dar a Guimarães a possibilidade de tentar um último entendimento com o mandatários do Senado neste semestre.

Depois do recesso, Lula pretende entrar de cabeça na campanha eleitoral. Se for reeleito e Alcolumbre não tiver se entendido com o governo, o Palácio do Planalto investirá tudo contra a sua reeleição para o comando do Senado. Será uma tremenda guerra.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e escritor

Os ricos que não poderiam votar

A mais nova ameaça de parte da elite nacional — a cassação do voto de beneficiários do Bolsa Família — deveria ser dirigida também aos ricos e aos milhões de brasileiros que recebem subsídios do Estado. Esses benefícios custam quatro vezes mais do que o investido para matar a fome de nossos compatriotas.

Os chamados gastos tributários embalam Muitos empresários, o pessoal do agronegócio, importadores da Zona Franca de Manaus, grandes insituições de ensino e hospitais privados, profissionais liberais que optaram pelo Simples, a lista é bem grande.

O Unafisco-Nacional (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) verificou que, em 2026, o governo federal concederá R\$ 618,4 bilhões do que chama de privilégios tributários, dinheiro que deixará de ser arrecadado em impostos sem uma contrapartida adequada para a sociedade. O gasto com o Bolsa Família ficará em R\$ 158 bilhões.

Inspirado no Impostômetro criado pela Associação Comercial de São Paulo, O Unafisco-Nacional colocou em seu site o Privilegiômetro Tributário, placar que mostra o buraco que vai sendo aberto pelos impostos não pagos, grana que acaba sendo recolhida pelo resto da sociedade.

A entidade separou isenções que considera legítimas e geradoras de ganhos sociais — como desoneração da cesta básica e benefícios a inscritos no MEI — das que cha-

ma de privilégios. Se somasse tudo, a conta da renúncia tributária chegaria a R\$ 903 bilhões. O Unafisco-Nacional foi até generoso: incluiu os descontos no imposto de renda de despesas com saúde e educação entre as que geram contrapartidas econômicas ou sociais.

OK, isso beneficia muitos brasileiros, mas não deixa de ser injusto: quem não tem dinheiro para pagar consultas, planos de saúde ou escolas particulares ajuda, com seus impostos, a subsidiar a saúde e a educação dos mais bem aquinhoados (a maior parte da carga tributária incide sobre o consumo, pobres e ricos pagam o mesmo imposto em suas compras).

Mas ninguém fala em tirar direitos de cidadania de beneficiados por incentivos fiscais e, portanto, são em parte bancados pelo Estado. Em entrevista à Folha de S. Paulo, o presidente da Federação do Comércio de São Paulo, Ivo Dall'Acqua Jr., afirmou, para defender a cassação do título de eleitor dos mais pobres, que em países desenvolvidos, quem recebe benefícios como o Bolsa Família é impedido de votar — depois, negou a informação e voltou atrás.

Impedir a cidadania de pobres não seria uma novidade. No Império, o voto era privilégio dos que tivessem renda anual de cem mil réis. A primeira Constituição da República negou o direito a mendigos e analfabetos (esta última restrição valeu até 1985). Mulheres só conseguiram votar a partir de 1932.

A pregação contra o voto dos beneficiários do Bolsa Família, medida defendida também por alguns políticos, renova a tradição excludente de um país que começou com capitâneas hereditárias e que cresceu ancorado em uma escravidão que até hoje deixa cicatrizes entre nós.

EDITORIAL

Onda de calor na Europa liga alerta para a saúde

A nova onda de calor que atinge o verão europeu deixou de ser um evento excepcional para se tornar um retrato inquietante da realidade climática contemporânea. Recordes sucessivos de temperatura em diferentes países evidenciam que o continente enfrenta um fenômeno cada vez mais frequente, intenso e duradouro. Embora episódios de calor façam parte da variabilidade natural do clima, o consenso científico aponta que as mudanças climáticas provocadas pela ação humana estão ampliando sua intensidade e ocorrência.

A principal razão para esse cenário é o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, resultado da queima de combustíveis fósseis, do desmatamento e de atividades industriais. Esse processo intensifica o aquecimento global, elevando a temperatura média do planeta e favorecendo a formação de bloqueios atmosféricos, sistemas de alta pressão que dificultam a chegada de frentes frias e mantêm o ar quente estacionado sobre determinadas regiões por vários dias ou até semanas. Soma-se a isso o efeito das ilhas de calor urbanas, provocado pela grande concentração de concreto, asfalto e edificações, que absorvem e liberam calor continuamente, agravando ainda mais as temperaturas nas cidades.

Os impactos desse calor extremo vão muito além do desconforto. O corpo humano possui mecanismos para regular sua temperatura, principalmente por meio da transpiração. No entanto, quando o ambiente está excessivamente quente ou úmido, esses mecanismos tornam-se menos eficientes. Como consequência, aumenta o risco de desidratação, queda da pressão arterial, fadiga intensa, câimbras e insolação. Em situações mais graves, pode ocorrer a exaustão pelo calor e até o golpe de calor, condição potencialmente fatal caracterizada pela elevação da temperatura corporal acima dos limites seguros, comprometendo órgãos vitais como cérebro, coração e rins.

Os grupos mais vulneráveis são idosos, crianças, gestantes, trabalhadores expostos ao sol e pessoas com doenças cardiovasculares ou respiratórias. Entretanto, mesmo indivíduos jovens e saudáveis podem sofrer complicações quando submetidos a temperaturas extremas por longos períodos, especialmente durante atividades físicas intensas ou sem hidratação adequada.

Diante desse cenário, não basta tratar cada onda de calor como um episódio isolado. É indispensável investir em políticas públicas voltadas à adaptação das cidades, à ampliação de áreas verdes, ao fortalecimento dos sistemas de saúde e à redução das emissões de gases de efeito estufa. O calor extremo não representa apenas um desafio ambiental, mas uma questão de saúde pública e de justiça social. Ignorar seus sinais significa aceitar que eventos cada vez mais severos se tornem parte da rotina. Enfrentar suas causas e proteger a população é uma responsabilidade coletiva que não pode mais ser adiada.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.correiodamanha.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO
Av. João Cabral de Mello Neto
850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP
22775-057BRASÍLIA
ST SIBSQuadra 2 conjunto B
Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20SÃO PAULO
Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317,
Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51,
Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal